

A SITUAÇÃO ATUAL DA BANCA EM PORTUGAL E A MÁ GESTÃO QUE CONTINUA A IMPERAR

A implosão do grupo BES/GES e o inquérito parlamentar realizado permitiu aos portugueses ficarem a conhecer a banca por dentro e muitas das suas práticas, assim como a arrogância de muitos dos seus administradores, que se sentem “donos de tudo isto” desrespeitando as determinações das próprias entidades de supervisão, bem como o perigo que essas práticas representam quer para a segurança das suas poupanças (depósitos, investimentos, etc.) quer para o desenvolvimento do país, e para a reputação e estabilidade do próprio sistema bancário. Uma reflexão objetiva da situação da banca com base nos últimos dados disponibilizados pelo Banco de Portugal será certamente útil para um correto conhecimento e compreensão da situação atual do setor bancário, constituindo também um alerta para a reflexão sobre uma atividade fundamental para o desenvolvimento do país, e sendo um indicador importante da situação da economia.

CONTINUA A REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO CREDITO À ECONOMIA E ÀS FAMÍLIAS E A MÁ GESTÃO

No quadro 1, reuniu-se os dados mais recentes divulgados pelo Banco de Portugal que são importantes para uma reflexão sobre a situação atual do setor bancário. São dados do Balanço e das Demonstrações Financeiras consolidadas elaboradas pelo supervisor e referem-se ao período 2010-2014, o período da “*troika*” e do governo PSD/CDS.

Quadro 1- A SITUAÇÃO ATUAL DA BANCA EM PORTUGAL
Dados consolidados referentes ao período Dez.2010-Jun.2014 do Banco de Portugal

RUBRICAS	Dez.2010 Milhões €	Dez.2011 Milhões €	Dez.2012 Milhões €	Dez.2013 Milhões €	Jun2013 Milhões €	Jun2014 Milhões €	Variação em % Dez.2010- Jun2014	Variação em Milhões € Dez.2010- Jun2015
I- BALANÇO								
A-ATIVO								
1-Credito Bruto	331.089	331.952	314.767	291.468	301.807	286.786	-13,4%	-44.303
2-Credito liquido a clientes	318.936	316.788	296.252	272.016	282.662	265.010	-16,9%	-53.926
3-Imparidades (acumuladas)	12.153	15.164	18.515	19.452	19.145	21.776	79,2%	9.623
4- % Imparidades do credito bruto	3,7%	4,6%	5,9%	6,7%	6,3%	7,6%	106,9%	
5-Ativos financeiros disponiveis para venda (o objetivo é a obtenção de mais valias)	56.573	52.655	57.501	63.824	64.757	69.067	22,1%	12.494
B - PASSIVO								
6- Recursos de bancos centrais (BCE)	49.157	50.723	56.179	51.126	53.240	41.543	-15,5%	-7.614
7-Recursos de clientes e outros empréstimos	232.090	246.742	251.031	253.164	250.164	250.572	8,0%	18.482
8-RACIO DE TRANSFORMAÇÃO (2 : 6)	137,4%	128,4%	118,0%	107,4%	113,0%	105,8%	-23,0%	
9 - Capital	34.459	27.114	33.259	31.113	31.611	30.545	-11,4%	-3.914
II-DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS								
10- Margem Financeira	7.895	7.988	6.725	5.471	2.583	2.702	-30,7%	-2.424
11- Comissões liquidas	3.800	3.715	3.702	3.398	1.790	1.558	-10,6%	-402
12-Resultados da venda de ativos financeiros disponiveis para venda	273	215	1.227	910	600	1.241	233,3%	637
12- PRODUTO BANCÁRIO	13.751	12.933	12.896	9.907	5.095	5.114	-28,0%	-3.844
13- Custos com Pessoal	4.350	4.382	4.009	3.886	1.908	1.814	-10,7%	-464
14-Imparidades	3.566	6.645	7.272	6.055	3.093	4.398	69,8%	2.489
15-% que Custos com Pessoal representam em relação a imparidades (13: 14)	122,0%	65,9%	55,1%	64,2%	61,7%	41,2%		
16-RESULTADOS ANTES IMPOSTOS	2.344	-1.961	-1.592	-3.575	-1.310	-4.036	-252,5%	-5.919
17- Impostos sobre lucros	310	-759	-404	-388	-199	-724	-225,2%	-698
18- RESULTADO LIQUIDO	1.268	-1.505	-1.153	-3.050	-1.043	-3.288	-340,5%	-4.318

FONTE: Boletim Estatístico - Fevereiro de 2015 - Banco de Portugal

Como revelam os dados do Banco de Portugal continua-se a verificar, por um lado, uma quebra significativa no crédito concedido pela banca e, por outro lado, um aumento muito grande das “imparidades”, ou seja, de crédito perdido (que não será reembolsado à banca, o chamado “*crédito mau*”). Entre Dez.2010 e Junho de 2014, o crédito concedido às empresas, famílias e administrações públicas diminuiu em 44.300 milhões € (-13,4%), e as “imparidades” aumentaram em 79,2%, pois passaram, entre 2010 e Junho de 2014, de 12.153 milhões € para 21.776 milhões €. E esta tendência manteve-se em 2014. Se comparamos o 1º semestre de 2014 com o 1º semestre de 2013, constata-se que o crédito diminuiu em 5% (-15.021 milhões €) e as “imparidades” (crédito concedido que não será reembolsado, estando a maioria perdido) cresceu em 13,7%. Para além da má gestão que domina a banca, tudo isto é também um indicador da manutenção da crise que desmente a propaganda oficial.

E não se pense que o aumento de “imparidades” teve como causa principal o crédito à habitação, pois neste crédito é onde se verifica a taxa mais baixa de incumprimento. Em

Janeiro de 2015, os créditos de habitação vencidos representavam apenas 2,47% do crédito total à habitação, quando já em Junho de 2014 as “imparidades” acumuladas correspondiam a 7,6% (3 vezes mais) do crédito total bruto concedido pela banca em Portugal. O aumento das “imparidades” resulta fundamentalmente de grandes créditos concedidos pela banca, em que se verifica uma grande concentração de risco, de que é exemplo o caso do BES/GES, onde 5 bancos tiveram uma exposição superior a 1.000 milhões € apenas num grupo económico sobre o qual existia há já bastante tempo informação sobre grandes riscos e má gestão e onde, na concessão do crédito ao grupo GES, a análise rigorosa do risco não foi feita, sendo substituída por opiniões subjetivas de administradores sobre a “solidez do grupo”. Tudo isto confirma a má gestão que impera no setor bancário onde os órgãos sociais internos de fiscalização e de supervisão praticamente não funcionam face à cultura autoritária ainda existente do CEO e onde o Banco de Portugal e a CMVM enfrentam grandes dificuldades e muitas vezes falham.

AS “IMPARIDADES” JÁ SÃO SUPERIORES ÀS DESPESAS COM PESSOAL, E MESMO ASSIM A REDUÇÃO DOS TRABALHADORES CONTINUA A SER UM OBJETIVO DA BANCA

O disparar das “imparidades”, ou seja, do crédito perdido, em que a crise teve um efeito de aceleração mas também a função de tornar visível a má gestão e a ausência de apuramento das responsabilidades dominante na banca, determinou que as despesas com pessoal passaram a ser muito inferiores ao custo com as “imparidades”.

Como mostram os dados do Banco de Portugal, em 2010 as despesas com pessoal correspondiam a 120% das imparidades, ou seja, eram 1,2 vezes superior aos custos que banca suportava com o crédito perdido (imparidades), enquanto no 1º semestre de 2014 os “Custos com Pessoal” já corresponderam apenas 41,2% dos custos das “imparidades” suportadas pela banca nesse mesmo período. Apesar desta grande disparidade, continua a ser um objetivo dominante da gestão da banca neste momento a redução do número de trabalhadores, para assim reduzir os Custos com Pessoal, apesar disso por em perigo a recuperação do papel da banca como instrumento fundamental na recuperação económica futura e no desenvolvimento do país.

A BANCA ESTÁ A SUBSTITUIR O SEU PAPEL DE CONCEDER CREDITO À ECONOMIA E ÀS FAMÍLIAS POR APLICAÇÕES FINANCEIRAS VISANDO A OBTENÇÃO DE MAIS-VALIAS

Outro aspeto importante revelado pelos dados divulgados pelo Banco de Portugal é a alteração sensível do paradigma que caracteriza a atividade bancária. Assim, enquanto o crédito concedido à economia e às famílias diminuiu (entre 2010 e Junho de 2014 reduziu-se em 44.303 milhões €), o investimento da banca em “ativos financeiros disponíveis para venda”, ou seja, que têm como objetivo a obtenção de mais-valias (lucro fácil e imediato nomeadamente em dívida pública) aumentou, entre 2010 e Jun.2014, de 56.573 milhões € para 69.067 milhões €. No 1º semestre de 2014, a banca obteve 1.241 milhões € de receitas de mais-valias, ou seja, 4,5 vezes mais do que obteve em todo o ano de 2010 (273 milhões €), como revelam também os dados do Banco de Portugal. A banca em Portugal, e não só, está-se a transformar gradualmente numa banca que procura obter ganhos elevados de atividades que não têm nada a ver com a sua função de conceder crédito à economia e famílias, aumentando o risco a que está exposta e a possibilidade de novas crises financeiras com efeitos económicos e sociais dramáticos. E isto apesar de ainda não ter saído da crise anterior de que é a principal responsável.

OS PREJUÍZOS DA BANCA CONTINUAM A AUMENTAR E OS IMPOSTOS PAGOS AO ESTADO REDUZEM-SE A ZERO

Como consequência da crise e da má gestão que impera na banca, os prejuízos dos bancos em Portugal aumentaram, entre o 1º semestre de 2013 e o 1º semestre de 2014, de 1.043 milhões € para 3.288 milhões €, ou seja, mais que triplicaram. Tal facto determinou que os impostos pagos ao Estado tornaram-se negativos (entre o 1º sem.2013 e o 1ºsem.2014 de 2014 passaram de -199 milhões € para -724 milhões €). Isto significa que a banca poderá deduzir tais valores em impostos que tiver de pagar no futuro, reduzindo assim a sua contribuição para as receitas do Estado e para a redução do défice orçamental, o que obriga os portugueses, para compensar a perda de receitas fiscais causada por essa quebra, a pagarem mais impostos.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 20.3.2015